

A Internacional Comunista e a tática da “frente única”: Conciliação ou novo programa revolucionário?

Carlos Prado¹

É difícil indicar o impacto da Revolução Russa na Europa e no mundo todo. Mas não é nenhum exagero dizer que o outubro vermelho de 1917 modificou a correlação de forças e abriu novas perspectivas para o movimento operário e para a construção da III Internacional. Todos aqueles que acreditavam na classe trabalhadora, que lutavam por uma perspectiva nova de vida, para além do capital e da luta de classes, ficaram extasiados com aquela grande insurreição. De forma imediata, ela impulsionou greves e uma série de ações contra a guerra. Parecia indicar que havia novas possibilidades para os trabalhadores e que a revolução mundial realmente poderia ser vitoriosa.

A partir de 1917, os nomes de Lenin e Trotsky se tornaram as novas referências para o movimento operário internacional. O triunfo dos bolcheviques acabou por acentuar a crise no interior das organizações social-democratas tradicionais. A vitória dos russos parecia indicar um novo caminho. Se até então, era o partido alemão que servia como modelo, agora eram os russos, os bolcheviques, que surgiam como a nova direção.

Para o partido bolchevique a criação de uma nova internacional não era uma questão apenas de solidariedade com o proletariado estrangeiro. Era muito mais do que isso. O tema se colocava como uma necessidade para a manutenção da sua própria revolução. A Rússia estava devastada pela guerra. Precisavam de auxílio e Lenin sabia que esse novo impulso só poderia ser dado pela constituição de uma nova internacional que fosse capaz de orientar o movimento operário para novas revoluções.

Em seus dois primeiros congressos, a Comintern adotou uma tática “ofensiva”. Suas primeiras teses proclamam uma ruptura com os partidos social-democratas e com a via reformista parlamentar. Para os recém criados partidos comunistas a luta pela derrubada do Estado burguês e a instalação da ditadura do proletariado estava na ordem do dia. Todavia, a revolução fracassou e a partir de 1921 as teses da Comintern apresentaram uma reorientação. O III Congresso adotou a tática da “frente única”, buscando uma reaproximação com os socialistas e indicando aos comunistas que era hora de se reaproximarem das massas a partir de lutas cotidianas e reivindicações econômicas. Constatou-se que a crise revolucionária havia passado e a revolução havia recuado. Diante dessa conjuntura de estabilidade capitalista era preciso adotar uma tática “defensiva” e de alianças com a social-democracia.

O objetivo do presente artigo é discutir a adoção da “frente única” pela Internacional Comunista em seu III Congresso em 1921. Essa “virada” tática trouxe uma grande discussão, pois significou uma guinada nas orientações do movimento

¹ Professor do departamento de História da UFMS e doutorando pelo PPGH-UFF.

comunista internacional. A luta pela revolução imediata foi abandonada em prol de uma aproximação com a classe operária. De forma geral, a tática da “frente única” significou um recuo. Segundo Lenin e Trotsky isso era necessário para se reaproximar das massas e tirar os partidos comunistas do isolamento.

Além disso, a adoção dessa tática se deu no momento de outras transformações importantes no território soviético. Em 1921, o “comunismo de guerra” era abandonado e surgia a Nova Política Econômica (NEP), que, para impulsionar a produção agrícola, reintroduzia princípios do mercado privado. Esse também foi o período em que o Estado soviético buscou se reaproximar das potências estrangeiras.

Segundo alguns autores², a desaceleração da revolução na Europa, as transformações na política econômica, e o acordo com o Império Britânico foram decisivos para adoção da “frente única”. Segundo essa interpretação, esse recuo representou o início de um processo de conciliação da Comintern com as potências capitalistas e um abandono da política revolucionária. Seria a “frente única” uma tática pacifista de colaboração com as burguesias? A política de alianças com os socialistas e a luta por questões econômicas imediatas significou um freio à revolução mundial? Ao retirar a luta pela tomada do poder da ordem do dia, estava a Internacional abandonando a perspectiva revolucionária e privilegiando a manutenção do Estado soviético? E afinal, como a “frente única” poderia conciliar a luta econômica e cotidiana com uma luta política, pela tomada do poder? Essas são algumas das questões que vamos abordar ao longo do presente artigo.

Os primeiros congressos e a tática “ofensiva”

Um dos documentos mais interessantes do processo de criação da Comintern é a “Carta-Convite”, publicada no *Pravda* em 24 de janeiro de 1919. Redigida por Trotsky e intitulada, *Convite para o primeiro congresso da Internacional Comunista*³, esse documento apresenta algumas linhas gerais que demarcam diferenças substanciais com a II Internacional. Os primeiros pontos analisam a conjuntura econômica mundial. Afirmam que o período se caracteriza pela desintegração e colapso do sistema capitalista e se ele não for destruído, arrastará a humanidade para a catástrofe. Assim, a tarefa do proletariado é tomar o poder do Estado, destruir o aparato burguês e construir um novo Estado sobre princípios proletários.

Ainda sobre os objetivos e táticas, afirma-se que os métodos de luta são as ações de massas que devem desembocar em um conflito armado e direto contra o Estado burguês. Não são apresentados maiores detalhes sobre a questão da luta ou sobre a insurreição e tomada do poder em si. Mas de qualquer forma, esse primeiro

² Ver ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo* e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

³ TROTSKY, León *La invitación al primer congreso de la internacional comunista*. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1919/1919_inv_ic.htm. Acessado em 17 de abril de 2016.

ponto já deixa evidente que a questão da tomada do Estado é central para a nova internacional em construção.

A carta-convite expõe claramente a questão da nomenclatura. Afirmar-se que o congresso deve assumir o nome de “Primeiro congresso da Internacional Comunista” e justifica: “*Marx y Engels ya habían encontrado el nombre de ‘social-democracia’ teóricamente falsos. La vergonzosa bancarota de la social-democracia ‘Internacional’ también se divisa una ruptura en este punto necesario*”⁴. Se destaca a ideia de ruptura. A nova internacional é chamada de comunista. Não é mais a internacional socialista. Não deve se constituir de partidos social-democratas que se limitam ao jogo do parlamentarismo burguês e a reivindicações estritamente econômicas, mas de partidos comunistas que trazem em seu programa a luta pela tomada e derrubada do Estado burguês.

Os dois primeiros congressos da Comintern foram marcados pela adoção de uma tática “ofensiva”, contrária à via democrática. O debate em torno dos conceitos de Estado, democracia e ditadura do proletariado foram marcantes. Estas questões surgiram logo após o triunfo da Revolução Russa e se tornaram uma grande polêmica entre os socialistas e comunistas. Assim, em 1919 esses debates também chegaram à Comintern.

A revolução de outubro triunfou sob a palavra de ordem de *Todo o poder aos Sovietes*, e Lenin compreende que uma democracia burguesa ocidental, parlamentarista ou presidencialista, entra em contradição com as transformações que a revolução proletária precisava colocar em curso. Em sua concepção, tal democracia só poderia sufocar os soviets, arrancando o poder das bases, dos conselhos de fábricas e levando para o parlamento, para a representatividade burguesa⁵. Partindo dessa premissa, no discurso de abertura do primeiro congresso da Comintern, Lenin afirma: “*Camaradas, nosso Congresso reveste-se de uma grande importância na história mundial. Ele demonstra o fim de todas as ilusões da democracia burguesa*”⁶.

Ao trazer para o programa da Internacional a crítica à democracia burguesa, ao apontar a necessidade da tomada do poder do Estado e da construção da ditadura do proletariado pelo regime dos soviets, a recém-criada Internacional Comunista estava abraçando o modelo russo de revolução e se posicionando contrária a tática eleitoreira e reformista dos partidos social-democratas. Os bolcheviques foram os primeiros a realizar uma insurreição bem-sucedida, derrubaram o poder instituído e construíram um regime que contrapunha a ordem burguesa. Era natural que essa

⁴ Idem.

⁵ “[...] esta Assembleia Constituinte, que devia ser a coroação da república parlamentar burguesa, não podia deixar de atravessar o caminho da Revolução de Outubro e do Poder Soviético. [...] As classes trabalhadoras tiveram de ser convencer pela experiência de que o velho parlamentarismo burguês estava ultrapassado, de que ele é absolutamente incompatível com as tarefas da realização do socialismo”. LENIN, Vladimir. Projeto de decreto sobre a dissolução da Assembleia Constituinte. In: LENIN, Vladimir. Vol. 2. Alfa-Omega: São Paulo, 1980, p. 451.

⁶ PRIMEIRO Congresso da Internacional Comunista. LENIN, V. I. *Discurso de abertura*. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/first_congress_comintern_documents_portuguese.html. Acessado em 21 de abril de 2016.

experiência se transformasse em uma espécie de arquétipo. Para Broué, os russos surgem como “*o primeiro destacamento da internacional, a vanguarda que, sendo a primeira, conquistou o poder e a ambição de mostrar o caminho, que seria, queiramos ou não, uma espécie de modelo para os outros*”⁷.

O recuo revolucionário: a tática da “frente única”

Os bolcheviques acreditavam que a Revolução Russa seria apenas a primeira revolução vitoriosa e que seu exemplo seria rapidamente seguido por países mais desenvolvidos da Europa ocidental, especialmente a Alemanha. Acreditavam que o cenário pós-guerra de colapso econômico havia gerado uma crise revolucionária decisiva e que outros Estados operários surgiriam em breve. Todavia, a revolução falhou na Alemanha em janeiro de 1919, não obteve êxito na Hungria e também foi derrotada na Itália. Quando em 1921, mais uma vez a revolução foi derrotada na Alemanha diante do fracasso da “Ação de Março”, os comunistas começam a questionar as táticas utilizadas.

A derrota da “Ação de Março” suscitou um grande debate. Havia duas concepções, uma que determinava que o proletariado deveria ser o agente revolucionário decisivo e outra que pensava ser o partido, e que este poderia agir isoladamente e separado da classe operária. A ação de Março seria o exemplo característico desse segundo caso, um verdadeiro *putsch*⁸. A tática “ofensiva” que partia do pressuposto de que existia uma situação de crise revolucionária e que o elemento ausente era justamente o partido disciplinado e centralizado, capaz de dirigir as massas em direção à tomada do poder, começou a ser questionada.

É nesse ínterim que ocorreu o III Congresso da Comintern. Os delegados estiveram reunidos entre 22 de junho e 12 de julho de 1921. O debate central se deu em torno da avaliação da tática ofensiva. Era possível mantê-la? A revolução ainda estava na ordem do dia na Europa pós-bélica? O que faltava para a insurreição era apenas um partido disciplinado capaz de dirigir as massas à tomada do poder? Essas foram algumas questões discutidas e que passaram a ser reavaliadas.

A fala de Trotsky foi bastante reveladora: “*Pela primeira vez, hoje sentimos e vemos que não estamos mais tão perto do objetivo final, da conquista do poder, da revolução mundial. Em 1919, nós nos dizíamos: é uma questão de meses, hoje dizemos que talvez seja uma questão de anos*”⁹. Desde a sua criação era o primeiro momento em que os dirigentes do primeiro escalão faziam uma análise negativa sobre a situação

⁷ BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2014, p.58.

⁸ Paul Levi foi um dos dirigentes que discutiu e combateu teoricamente a ação e a denunciou como uma tentativa de *Putsch*. Em sua brochura intitulada *Nosso caminho, contra o putschismo*, ele destaca que as condições objetivas para a revolução estão dadas, mas os fatores subjetivos ainda estão ausentes, pois o partido não conquistou a maioria da classe trabalhadora para a luta comunista.

⁹ HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p. 187.

do movimento operário internacional. A revolução que era esperada para qualquer momento, começava a sair dos objetivos imediatos dos partidos comunistas.

Reforçando as posições de Trotsky, Lenin indicou que antes da luta pelo poder, a tarefa dos partidos deveria ser a conquista da maioria dos trabalhadores para a causa comunista. Era preciso combater o perigo da “teoria da ofensiva” e impedir que os partidos continuassem realizando investidas temerárias. Antes de chamar uma greve geral ou de preparar uma insurreição era preciso conquistar influência sobre as massas. Um partido isolado não poderia cumprir sua missão revolucionária.

O III Congresso marcou a primeira grande virada na política da Comintern. A tática que visava à derrubada imediata do Estado foi abandonada em prol de uma nova concepção, na qual a tomada do poder não é esquecida, mas é pensada para um momento posterior. A tarefa imediata passou a ser uma aproximação com a classe trabalhadora: “*¡A las masas! Así como los intereses generales del movimiento comunista exigen que la Internacional Comunista y sus secciones apoyen la consigna de La unidad del frente proletario y encarnen su realización*”¹⁰.

Logo, era preciso marcar presença em lutas mais imediatas, no terreno das demandas econômicas e reformistas, lugar onde a social-democracia atuava e tinha grande influência. O objetivo era duplo: estabelecer uma frente única com esses partidos, mas ao mesmo tempo, mostrar a insuficiência dessas reivindicações e arrastar a classe operária para a luta revolucionária. Essa tática foi apresentada no documento intitulado “Teses sobre a unidade da frente proletária”. O texto está dividido em 24 teses, nas quais se estabelecem as orientações gerais sobre o novo período, estipulando as bases programáticas para a “frente única”.

O primeiro ponto afirma que a conjuntura indica um período de transição e que as seções devem estar prontas para novas e importantes questões programáticas. Bem, estas questões táticas dizem respeito justamente à aliança com os partidos socialistas, que até então eram repudiados. Assim, diante da nova ofensiva capitalista tornava-se necessária uma unidade das forças operárias em uma “aliança defensiva”. Os comunistas deveriam investir suas fichas na propaganda junto às organizações operárias. A tática se volta para uma atuação junto aos sindicatos e também para a participação nas eleições. Trata-se de uma ação que, pelo menos de forma imediata, se restringia aos marcos da democracia burguesa.

A “frente única” foi lançada com o objetivo de tirar os partidos comunistas do isolamento e os aproximar dos trabalhadores, para isso era preciso buscar influenciar os operários vinculados à social-democracia. Tratava-se, em síntese, de buscar aproximações com os socialistas justamente para desmascará-los, evidenciar que são conciliadores e que no momento decisivo da luta irão trair a classe operária. Nessa perspectiva, ela é dotada de um sentido transitório. Ela não é um fim em si

¹⁰ COMITÉ Ejecutivo de la Internacional Comunista. *Tesis sobre La unidad del frente proletario*. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/spanish/1921_ecci_united_front_theses_spanish.html. Acessado em 25 de julho de 2015.

mesmo, mas apenas o ponto de partida para se avançar em direção à tomada do poder¹¹.

Cabe destacar que o Comitê Executivo também alertava para que essa colaboração com os socialistas não desencadeasse a perda de independência dos partidos comunistas. Mesmo com o estabelecimento da aliança, eles deveriam permanecer difundindo em seus meios de agitação e propaganda as ideias estritamente comunistas. Os partidos deveriam lutar juntos, levantar as mesmas bandeiras, mas marchar em separado, conservando sua independência e autonomia política.

A colaboração com a social-democracia arrastou os comunistas para a luta por reformas, por demandas econômicas e pontuais. “*A política da frente única não era compatível com a orientação voltada para a conquista imediata do poder segundo a concepção comunista, isto é, por meio da luta armada*”¹². Com a “frente única” os PCs iniciaram uma luta em um novo terreno, o das demandas reformistas.

Todavia, a Comintern não abandonou definitivamente a luta pelo poder. A tática da “frente única” era apresentada como um novo caminho para se chegar à revolução. “*Não deveriam transformar a ideia do socialismo na insignificância do sindicalismo e a reforma parlamentar, mas levar à luta das ‘exigências parciais’ seu próprio espírito e objetivo revolucionários*”¹³. A mudança tática surge a partir da constatação de que a estrutura política e social dos países europeus era diferente da russa. Já havia ficado mais ou menos claro que o processo de derrubada do Estado burguês nos países desenvolvidos seguiria uma lógica própria, não seria uma mera repetição da dinâmica russa. Percebe-se que a tomada do poder nos países centrais seria muito mais difícil¹⁴.

A questão da desaceleração do ritmo da revolução foi posta de forma decisiva pelo III Congresso. Depois do fracassado *Putsch* alemão, a tática dos partidos comunistas não poderia continuar a mesma. Mas essa virada tática não foi bem acolhida por parte dos militantes. “*A mudança foi mais do que surpreendente para os delegados e a maioria dos comunistas não estava preparada para ela*”¹⁵. A tática da “frente única” não significava uma pequena mudança na atuação dos partidos comunistas, mas uma transformação radical.

Essa virada causou, naturalmente, uma reação negativa entre alguns delegados que prontamente se opuseram: “*Não é de se surpreender que muitos comunistas se espantassem e se indignassem ao ouvir Lenin e Trotsky perdir-lhes que*

¹¹ “Deviam fazer com que os trabalhadores compreendessem como eram frágeis todas as vantagens que pudessem obter no capitalismo e, assim, prepará-los, mesmo que fosse através da luta pela conquista dessas vantagens para a batalha final. (...) como o trampolim da revolução”. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, O profeta desarmado*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005, p. 91.

¹² Idem, p. 193.

¹³ Idem, p. 91.

¹⁴ “Os comunistas viam bem a dificuldade de uma insurreição armada com a palavra de ordem de ditadura do proletariado nas condições de paz, sobretudo nos países com forte tradição parlamentar”. HÁJEK Apud BROUÉ, op. cit., p. 330.

¹⁵ Idem., p. 187.

*reconhecessem a derrota mesmo temporariamente e cooperassem com os odiados ‘imperialistas sociais’ e ‘traidores sociais’*¹⁶. Para a ala mais à esquerda, essa nova tática significava uma rendição, uma traição ao movimento operário. Os debates foram acirrados e a delegação do KPD foi a principal defensora da continuidade da política ofensiva. Trotsky e Lenin tiveram dificuldades para persuadir e convencer os delegados da validade e necessidade desse giro tático. A aprovação das teses pela “frente única” se deu com ressalvas.

É claro que a sua real aplicação encontrou muitas dificuldades. Afinal, eram organizações paralelas e concorrentes, disputando a simpatia do movimento operário. Conhecendo das intenções últimas dos comunistas, parecia óbvio que os socialistas rejeitassem estabelecer ações comuns. Após estabelecer o afastamento da influência social-democrata no interior de suas fileiras, após lançar um processo de depurações das suas organizações e as “21 condições para admissão”, não é difícil imaginar porque os partidos reformistas rejeitaram a “frente única”. Além disso, para que os reformistas aceitassem desenvolver uma ação conjunta seria necessário que esses partidos comunistas fossem realmente fortes. Os social-democratas não se aliariam com partidos minúsculos sem influência. Nessas condições, percebe-se que a disponibilidade da social-democracia para a efetivação da “frente única” era bastante rara.

Hájek destaca outro fator limitador para a real concretização da “frente única”. Trata-se das questões internas à política soviética: *“os bolcheviques não estavam dispostos a renunciar à perseguição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários nem a admitir sua existência legal. Aqui estava o maior obstáculo à reconciliação”*¹⁷. Ao mesmo tempo em que a Comintern buscava o estabelecimento de uma unidade proletária contra a ofensiva patronal nos países europeus, seus líderes, no território soviético, não davam liberdade para atuação das demais forças operárias.

A “frente única” e o novo cenário soviético

A tática da “frente” única foi adotada em um período de grandes transformações no Estado Soviético. O ano de 1921 foi marcado pelo fim da guerra civil e consequente consolidação do Estado soviético. Mas apesar da vitória, o cenário econômico era catastrófico. A indústria nacionalizada estava imobilizada e a produção agrícola havia recuado. É nesse contexto de reestruturação que a Nova Política Econômica (NEP) foi implantada, tendo como objetivo reorganizar a economia russa.

Durante a guerra civil a principal tarefa da política econômica foi abastecer o exército vermelho para impedir a vitória da contrarrevolução. Por três anos foram organizados “destacamentos de alimentos” que confiscavam cereais dos *kulaks*¹⁸. Não obstante, a política de requisição resultou em uma queda da produção agrícola e

¹⁶ DEUTSCHER, *op. cit.*, p. 93.

¹⁷ HÁJEK, *op. cit.*, p. 189.

¹⁸ “Kulak, em particular, tornou-se um termo ofensivo, dirigido pela propaganda partidária contra os camponeses que incorriam na ira das autoridades ao não atenderem às exigências de entrega de cereais”. CARR, E. H. A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 29.

quando a guerra civil terminou, o fantasma da fome assombrava toda a Rússia. O distanciamento das formas comerciais e monetárias de distribuição, ao mesmo tempo em que romperam com a lógica da produção mercantil reintroduziram uma economia “natural” que não impulsionava a produção dos camponeses. Sem incentivo para produzir, o camponês adotara uma produção de subsistência.

A política econômica do “comunismo de guerra” havia se esgotado. Era necessária a sua revisão. A NEP surgiu como uma alternativa urgente e provisória para reestruturar a economia soviética. Assim, ela foi lançada durante o X Congresso do partido Bolchevique¹⁹ e começou a ser implantada em meados de 1921, estabelecendo grandes mudanças nas relações de produção e distribuição. Em linhas gerais a NEP privilegiou a produção agrária e reintroduziu princípios do livre mercado. Era preciso incentivar o campo a produzir para que as cidades não morressem de fome.

A solução encontrada foi a fixação de um imposto *in natura* e a permissão para que o camponês vendesse o excedente da sua produção, após entregar parte dela ao Estado. Mas a limitação das requisições e a reintrodução do mercado livre eram medidas insuficientes. Também era necessário estimular a produção industrial, para que o camponês tivesse o interesse em trocar seus cereais pelos produtos da cidade. A manufatura e a nascente indústria soviética deveriam produzir mercadorias que o camponês tivesse interesse em adquirir. Dessa forma, a NEP propunha reanimar a produção agrícola a partir do mercado privado.

Outro ponto importante que está em relação direta com a adoção da NEP foi o restabelecimento das relações soviéticas com o mundo ocidental. Durante o auge da guerra civil e do “comunismo de guerra” a Rússia permaneceu isolada. Suas trocas comerciais com os países ocidentais foram paralisadas. Mas a partir de 1920 começaram a se desenvolver tentativas para se restabelecer os contatos para fins mercantis. Diante da penúria e escassez, os russos não poderiam negligenciar a possibilidade de trocas comerciais com os países capitalistas²⁰. Após algumas negociações, a Sociedade Cooperativa de Todas as Rússias (ARCOS) foi registrada em Londres. A negociação com os representantes do governo britânico apresentou vários entraves políticos, mas obteve êxito. Em 16 de março de 1921, logo após o lançamento da NEP foi assinado o acordo comercial anglo-soviético.

O acordo firmado em Londres restabelecendo as relações mercantis com o mundo ocidental foi um momento decisivo para a política soviética. O contrato teve o intuito de retirar os obstáculos para as trocas comerciais. Mas por trás das questões

¹⁹ “Quando Lenin apresentou ao congresso a resolução que encerrava as propostas da NEP, o debate foi apenas formal. O desencanto com o comunismo de guerra era geral, e a crise era demasiado aguda para permitir demoras”. Idem, p. 38.

²⁰ “Em janeiro de 1920 os representantes das cooperativas russas em Paris discutiram, com representantes dos Governos ocidentais, o reinício de uma troca de mercadorias com a Rússia soviética; Litvinov negociava, em Copenhague, um acordo para o repatriamento mútuo de prisioneiros. Um tratado de paz com Estônia era formado em 2 de fevereiro de 1920, e Lenin comentou que ‘abrimos uma janela para a Europa, que tentaremos utilizar ao máximo possível’”. Idem, p. 47.

meramente econômicas, havia uma cláusula política determinante para a atuação da Comintern. O governo britânico impôs a condição de que ambos os governos devessem se comprometer em abster da ação e da propaganda direta ou indireta contra a outra. Mencionou-se que o Estado soviético deveria se abster de qualquer “*ação ou propaganda para estimular qualquer um dos povos asiáticos e qualquer forma de hostilidade contra os interesses britânicos ou o Império Britânico*”²¹.

Interessante notar que no III Congresso da Comintern que ocorreu logo após a introdução da NEP e do acordo anglo-soviético, o problema das revoluções no mundo colonial oriental não foi debatido. Pelo acordo, a Rússia deveria evitar toda iniciativa que influenciasse os povos asiáticos a se levantarem contra o domínio do império britânico. A ausência dos debates sobre o tema no congresso parecem realmente evidenciar que os soviéticos não queriam, naquele momento se indispor com os ingleses, ao mesmo tempo em que se começava a privilegiar a manutenção da revolução.

Rosenberg e Pinheiro defendem a ideia de que a adoção da “frente única” significou um processo de alinhamento entre a Internacional e os interesses do Estado soviético. Apontam que, a partir de 1921 a internacional perde seu caráter propriamente revolucionário e se transforma em uma espécie de agência para defesa dos interesses do socialismo soviético. Em *História do Bolchevismo*, de 1932, Rosenberg salienta que o III Congresso da Comintern realmente demarca uma grande virada na orientação do movimento comunista internacional. Sua argumentação considera que as mudanças que motivaram o fim da “tática ofensiva” não se deram no cenário internacional, mas no ambiente interno²².

Rosenberg afirma que a introdução da NEP não se limitou a remodelar as relações de produção internas, pois também atingiu a política externa, especialmente as orientações da Comintern. Ele caracteriza a nova ordem econômica soviética como um “capitalismo de Estado” e aponta que esta abertura ao mercado privado, juntamente com a retomada das relações bilaterais com as potências imperialistas, significou na prática uma conciliação com os países capitalistas e, por conseguinte, o abandono da opção pela revolução mundial: “*Regida pelo capitalismo de Estado, a Rússia já não estava obrigada a desencadear a revolução mundial. Podia viver em paz, mesmo em meio a um mundo capitalista. A partir de 1921 Lenin ocupou-se em atrair o capital estrangeiro para a reconstrução do país*”²³.

Ao permitir o mercado livre, o lucro e a atuação de empresas internacionais, Rosenberg afirma que a Rússia voltava ao mercado capitalista mundial como compradora e vendedora de mercadorias. A NEP demarcou o retorno à propriedade

²¹ Idem, p. 48.

²² “Nem mesmo nas mais importantes nações europeias dera-se qualquer mudança decisiva entre o verão de 1920 e o de 1921. (...) No quadro geral da evolução alemã posterior à guerra, a ação de março não passou de um episódio insignificante (...) entre o II e o III Congresso não mudaram nem as condições gerais do mundo nem a situação europeia. O que mudara fora somente a Rússia dos Sovietes”. ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 203.

²³ Idem, p. 199.

privada e a uma economia baseada no dinheiro, com o Estado mantendo um forte controle sobre setores prioritários da economia. Ele acrescenta que essa nova ordem econômica, ao mesmo tempo em que abriu caminho para o restabelecimento das relações com as potências capitalistas, fechou as portas para a revolução na Europa. “(...) o país acomodara-se a uma existência que não requeria a propaganda da revolução e Lenin já não acreditava na vitória imediata da revolução na Europa”²⁴. Assim, as bases para uma coexistência pacífica com os países capitalistas estavam lançadas. “Foi se gestando, no período 1921-1923, uma grave contradição entre a prática revisionista e o discurso russo-revolucionário da Internacional Comunista”²⁵.

Rosenberg considera que a introdução da tática da “frente única” significou a tradução para a Internacional de um movimento revisionista que ocorria no interior do Estado Soviético. Ao reintroduzir o princípio do livre mercado, mesmo mantendo o Estado como regulador dessas relações, os soviéticos colocavam a sobrevivência da revolução em primeiro plano e passavam a desacreditar na revolução mundial. Para o autor, a NEP instala uma contradição entre os interesses dos soviéticos e da Comintern²⁶. Seguindo essa lógica, Rosenberg chega a traçar uma continuidade entre a política soviética ainda sobre a liderança de Lenin e o período posterior, sob o comando de Stalin: “O legado de Lenin compreende tanto o fortalecimento interno e a reconstrução da Rússia dos soviets, sob o signo da NEP, como o ocaso e a desagregação da III Internacional”²⁷.

Em *Estratégias da ilusão*, Pinheiro desenvolve uma argumentação bastante similar àquela apontada por Rosenberg:

O fracasso da ação de março (...) pode ser considerado como um marco assinalando o fim da perspectiva de uma revolução imediata na Europa e o início de uma política de acomodação entre o Estado soviético e os Estados Capitalistas. Diante da possibilidade da revolução no oriente, a prioridade será dada aos interesses do Estado soviético em manter essa conveniência²⁸.

A passagem é bastante clara ao demarcar o momento de ruptura entre uma política propriamente revolucionária e outra baseada na conciliação para manutenção do Estado soviético. Pinheiro reafirma essa tese na seguinte passagem: “Depois de 1921, portanto, o “partido mundo’ não será mais o instrumento organizativo, político e ideológico da revolução mundial, mas o instrumento para administrar e

²⁴ Idem, p. 204.

²⁵ Idem, p. 222.

²⁶ “Lenin a partir de 1921, tinha que acertar contas com uma revolução russa, no quadro de um mundo que continuava sendo capitalista. Se lermos com atenção os últimos artigos e discursos de Lenin, veremos como ele concentrava seus pensamentos totalmente na Rússia e como pretendia realizar, socialmente com as próprias forças da Rússia, o que ele entendia por socialismo. (...) Assim, desse ponto de vista, a III Internacional perdera toda a razão de ser.” Idem., p. 218.

²⁷ Idem, p. 230.

²⁸ PINHEIRO, op. cit., p. 48.

disciplinar o movimento comunista na espera da revolução mundial”²⁹. Segundo essa concepção, a partir do III Congresso a Internacional se tornou um mero instrumento a serviço dos interesses da burocracia. Assim, a política que buscava fomentar a revolução em outros países foi abandonada em prol de uma disciplina que buscava a manutenção do Estado soviético. Logo, a perspectiva revolucionária foi deixada de lado em favor de uma convivência pacífica com as grandes potências capitalistas europeias.

Reis Filho também aponta as contradições entre o desenvolvimento do Estado Soviético e a fomentação da revolução mundial. Mas este autor apresenta uma argumentação diferente. Ele não demarca que o início desse conflito tenha se dado com a introdução da NEP e da tática da “frente única”. Para ele, é preciso retroceder ainda mais no tempo. Ele considera que essas contradições já floresciam antes mesmo da fundação da III Internacional. Eis a passagem: “*De fato, desde março de 1918 (paz de Brest-Litowski), os bolcheviques, tendo que escolher entre os interesses imediatos da sobrevivência da revolução soviética e os da revolução internacional, optaram pelos primeiros, considerados mais visíveis e concretos*”³⁰.

Em nossa interpretação, essa acomodação entre os soviéticos e as potências europeias realmente acontece, mas não em 1921, não a partir do III Congresso e, menos ainda desde 1918, como afirma Reis Filho. A implantação da NEP, bem como os acordos econômicos com a Grã-Bretanha foram medidas urgentes e necessárias para tentar recuperar uma economia destruída pela I Guerra Mundial e pela guerra civil que a sucedeu. Acreditamos que foram sim medidas para manutenção do Estado Soviético e que também atingiram a política da Internacional, mas ainda não se estabeleceu um verdadeiro rompimento ou um abandono da perspectiva revolucionária. Nesse sentido, concordamos com a leitura de Carr, ao afirmar que “*A política soviética ainda era ambivalente, estando dividida entre a busca da revolução e a diplomacia*”³¹. Começa a se desenvolver uma política ambígua, pois realmente surgiu o “conflito” entre a manutenção do Estado soviético e a luta pela revolução mundial³². Assim, discordamos das leituras de Rosenberg e de Pinheiro quando estes apresentam a “frente única” como um “rompimento” com a perspectiva revolucionária.³³

²⁹ Idem, p. 49.

³⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 83.

³¹ CARR, *op. cit.*, p. 48.

³² “A incompatibilidade latente entre as políticas do Comissariado do Povo para os Negócios Estrangeiros (Narkomindel) e o Cominter começou a surgir abertamente”. CARR, *op. cit.*, p. 48. “A assunção de compromissos com os Estados capitalistas, bem como as reformas capitalistas implementadas internamente, faziam com que iniciasse a aflorar, no que diz respeito à coalizão operária internacional, algumas discrepâncias de interesses entre a URSS e o movimento revolucionário mundial”. HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional Comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas as colônias e semi-colônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010, p. 51.

³³ Rosenberg é bastante enfático em sua interpretação: “Mas todas essas considerações [em torno da conquista das massas] em nada alteravam um fato real: a tática da frente única, manejada com coerência, traria como consequência, a liquidação do partido comunista”. ROSENBERG, *op. cit.*, p. 222.

A “frente única” quando é implantada não tem o objetivo de barrar o movimento revolucionário em um processo de conciliação com as potências capitalistas. Pensamos que o fator determinante para se desenvolver essa política de conciliação foi o surgimento da teoria do “socialismo em um só país”, bem como o crescimento do aparelho burocrático do partido. Esse processo de adequação só aparece de forma clara nos congressos posteriores, como resultado da política stalinista. É, somente em 1924, durante o V Congresso, o primeiro após a morte de Lenin e após a derrota da “oposição de 1923” que ocorre uma verdadeira guinada nas orientações da Internacional no sentido de barrar a revolução mundial, impedindo qualquer ação que pudesse colocar as potências capitalistas ocidentais contra o Estado soviético, rompendo com a coexistência pacífica e colocando em risco a sobrevivência da burocracia. Essa linha burocrática, autoritária e conciliadora é implantada no interior da Comintern sob o nome de “bolchevização”³⁴.

Mas, em 1921, quando a “frente única” é lançada, a perspectiva de Lenin e Trotsky não era de colocar um freio na revolução mundial, pois a perspectiva revolucionária de tomada do poder continuava presente. O que ocorreu foi que diante dos inúmeros fracassos era preciso reavaliar a atuação dos partidos e estabelecer uma nova linha de atuação buscando uma aproximação com as massas. A revolução estava projetada para o futuro, mas ela não era uma referência utópica, sua perspectiva ainda era concreta³⁵.

A tese de que a “frente única” e o III Congresso, de modo geral, representam um abandono da perspectiva revolucionária em favor de uma convivência pacífica com os países capitalistas em favor da manutenção do Estado soviético burocratizado, pode indicar uma continuidade entre os modelos bolchevique e stalinista. Pensamos que essa leitura é bastante perigosa, pois pode retirar do stalinismo a sua especificidade histórica, sem a qual ele aparece como mero desenvolvimento natural de uma política estabelecida anteriormente. *“Estas afirmações, que sustentam implicitamente que o stalinismo é continuação do bolchevismo, em aspectos*

³⁴ “A Internacional Comunista nascera da iniciativa e sobre o modelo da obra realizada pelo Partido Bolchevique. Por uma dessas ironias costumeiras da História, é por um tal processo original sem verdadeiras relações com o bolchevismo, chamado, contudo, de ‘bolchevização’, que começa sua longa doença mortal, uma agonia que alguns tomarão por um desenvolvimento normal e que outros ainda hoje se empregam a fazer passar por tal”. BROUÉ, op. cit, p. 455.

³⁵ Quando Carr comenta sobre a adoção da frente única, em nenhum momento ele apresenta a tese de que ela resulta de um processo de conciliação. Pelo contrário, ele reafirma a tese de que se trata de reorientar o movimento comunista nos países ocidentais desenvolvidos em direção às massas trabalhadoras: *“As ‘21 condições’ haviam provocado a cisão de alguns dos principais partidos estrangeiros e levou à exclusão de simpatizantes que não estavam preparados para aceitar a disciplina rígida que lhes era imposta. Uma vez passada a primeira onda revolucionária, apenas uma minoria dos trabalhadores nos países ocidentais sentia qualquer fidelidade explícita ao comunismo. Admitia-se o perigo de que os partidos comunistas pudessem degenerar em pequenas seitas, limitadas por uma doutrina rígida e isolada da massa principal de trabalhadores. (...) Uma nova ênfase foi atribuída à necessidade de conquistar as massas”*. A frente única dos trabalhadores; (...) *“Era um apelo aos comunistas para que cooperassem com outros trabalhadores e membros dos partidos de esquerda, em plataformas conjuntas para objetivos específicos. Como, porém, era condição imperativa que os comunistas não sacrificassem sua independência ou seu direito de criticar”*. CARR, op. cit., p. 51.

essenciais, embora escritas em nome do ‘marxismo’, revelam um conhecimento histórico superficial, e não raro interessado”³⁶. Ao se traçar essa continuidade entre o bolchevismo e o stalinismo, este último aparece como que um resultado lógico do primeiro. Essa leitura não apenas fornece fundamentos para a rejeição do projeto revolucionário bolchevique, como contribui para reforçar o caráter de inevitabilidade histórica³⁷.

O IV Congresso e o “Governo Operário”

Em 1922, durante o IV congresso, Trotsky atuou para reafirmar a tática da “frente única” que havia sido apresentada no congresso anterior, mas que somente agora se consolidava como uma tática para toda uma época marcada pelo recuo dos movimentos revolucionários. As resoluções apresentadas, especialmente as *Teses sobre as táticas da Comintern* reafirmaram a linha geral aceita no III Congresso. Assim, a “frente única” permaneceu como o carro chefe do movimento comunista internacional.

O Comitê Executivo não negou que a “frente única” havia apresentado algumas dificuldades, mas considerou que ela vinha se mostrando a melhor maneira de expandir a influência comunista entre os trabalhadores. Mais uma vez, a “frente única” foi apresentada como um meio e não como um fim. Ela seria apenas o caminho para se aproximar, elevar a consciência e arrastar os trabalhadores para a luta revolucionária.

Uma questão fundamental na tática da “frente única” diz respeito ao processo de passagem de uma luta econômica e cotidiana para uma luta política, pela tomada do poder. Era preciso uma palavra de ordem que carregasse um teor transitório, que vislumbresse a “ditadura do proletariado” sem afirmá-la de forma imediata. É nesse interm que apareceu a palavra de ordem de “governo operário” (ou operário-camponês), como o meio para se construir o processo de transição³⁸. Essa bandeira política deveria ser agitada junto às reivindicações econômicas.

Para Rosenberg, o chamado “governo operário e camponês” podia alcançar êxitos aos trabalhadores, mas era a confirmação de que a Internacional deixava de ser revolucionária. Pois, além de ser uma forma de conciliação e adaptação às

³⁶ COGGIOLA, *op. cit.*, p. 230.

³⁷ Existe uma vasta historiografia anti-bolchevique que visando desacreditar totalmente a revolução de outubro, apresenta o stalinismo como um desenvolvimento natural e lógico do período que o antecedeu. Entre esses autores podemos citar os renomados Marc Ferro em *A revolução russa de 1917* e François Furet em *O passado de uma ilusão*, além de Dimitri Volkogonov em *Lenin*, Richard Pipes em *História concisa da revolução russa*, Adam Ulam em *Os bolcheviques*, Leonard Schapiro em *De Lénine à Staline*, entre outros.

³⁸ “Uma carta de Radek, datada de 7 de novembro de 1921, definia, com efeito, governo operário como ‘o único meio praticável e real de conquistar a maioria da classe operária à ideia da ditadura do proletariado’. Ele crê que é preciso um programa de transição, o qual concretize a tática da ‘Carta Aberta’ e seja a realização da palavra de ordem do III Congresso; a conquista das massas”. Apud BROUÉ, *op. cit.*, p. 327.

democracias parlamentares ocidentais também ampliava a ligação com os partidos social-democratas, levando os comunistas a perderem sua autonomia:

A implantação de um governo operário com tais características, mesmo enquadrado na constituição democrático-burguesa é, de qualquer maneira, uma notável vitória da classe operária: (...) Mas, ao saírem com essa proposta, os comunistas perdiam nada mais do que a possibilidade de sua existência como partido independente³⁹.

É verdade que o governo operário é apresentado como um governo de “frente única” envolvendo uma coalizão com a social-democracia. Todavia, ele é apenas transitório. Ao contrário do que afirma Rosenberg, as tarefas fundamentais desse governo seriam a preparação para o derradeiro conflito com a burguesia. A perspectiva era que a formação de um “governo operário”, ou seja, que a coalização com os social-democratas abrisse a possibilidade da guerra civil contra a burguesia que, atuando na contrarrevolução se lançaria numa ofensiva para combater um governo legítimo. De acordo com Hájek, os comunistas:

(...) procuravam uma forma que facilitasse a entrada na via da guerra civil: a perspectiva de um governo operário, imposto por via pacífica (eventualmente parlamentar) e que realizasse o armamento do proletariado era bem atraente e se apoiava numa situação em que aquele que iria começá-la não seria o partido revolucionário, mas, a contrarrevolução⁴⁰.

A perspectiva é de que um governo operário, eleito democraticamente, ao iniciar um processo de transformações econômicas que beneficiassem a classe trabalhadora, arrastaria a burguesia para a contrarrevolução, que se mobilizaria para derrubar um governo eleito. Além de transformações econômicas, os comunistas também preparariam os trabalhadores para a guerra civil. Se a social-democracia vacilasse, ela seria abandonada pelos próprios trabalhadores que se sentiriam traídos. Diante desse processo, a “ditadura do proletariado” se colocaria pela própria dinâmica da luta.

Quando o III e o IV Congresso ocorreram não havia uma previsão de quanto tempo duraria esse período de desaceleração revolucionária ou se o processo de estabilização do capitalismo se manteria por um longo período. A “frente única” apareceu em 1921 e a amplitude temporal da sua aplicação foi bastante discutida pelos dirigentes da Comintern. Ocorre que a frente unitária do proletariado, apesar de alguns recuos e limitações, acabou perdurando por quase toda a década de 1920, só sendo abandonada no VI Congresso em 1928, quando se lançou as teses do “terceiro período” e se adotou a tática de “classe contra classe” e do “social-fascismo”.

Artigo recebido em 31.8.2016

Aprovado em 22.10.2016

³⁹ ROSENBERG, *op. cit.*, p. 224.

⁴⁰ HÁJEK *Apud* BROUË, *op. cit.*, p. 330.